

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 028/2026

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR/DC – CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Everton Fragozo, Presidente da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR/DC, que será nomeado por decreto do Executivo e se constitui em órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo, para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º O COMTUR/DC – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, nomeado por ato do Poder Executivo, será composto por conselheiros titulares e seus respectivos suplentes da seguinte forma:

- I - 01 representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- II - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- III - 01 representante da Prefeitura Municipal de Barracão – PR;
- IV - 01 representante da Prefeitura Municipal de Bom Jesus – PR;
- V - 01 representante da Associação Empresarial da Fronteira – ASCOAGIM;
- VI - 01 representante da Hotelaria local;
- VII - 01 representante do Comitê La Frontera;
- VIII - 01 representante da gastronomia local;
- IX - 01 representante da Câmara de Comércio de Bernardo de Irigoyen – Misiones – Argentina;
- X - 01 representante da Comunicação;
- XI - 01 representante da Segurança Pública.

§ 1º - O Conselho elegerá seu Presidente na primeira reunião após sua nomeação e terá mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito para mais uma única legislatura consecutiva.

§ 2º - O Presidente designará o 1º Secretário e o 2º Secretário dentre os membros do Conselho.

§ 3º - As Entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades.

§ 4º - As pessoas de reconhecido saber e aquelas que de forma efetiva possam contribuir com os interesses turísticos do Município poderão ser indicadas pelo COMTUR/DC para mandato de dois anos, com a aprovação de dois terços dos seus Membros, podendo ser reconduzidas pelo COMTUR/DC.

§ 5º - Os representantes do poder público municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do quadro de diretores do COMTUR/DC, serão indicados pelo Prefeito e terão mandato até o último dia dos anos, podendo ser reconduzidos pelo Prefeito.

§ 6º - Para os casos dos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo, após o vencimento dos seus respectivos mandatos, os membros permanecerão nomeados enquanto não houver nova nomeação.

§ 7º - Em se tratando de representantes titulares de cargos estaduais ou federais, estes indicarão seus respectivos suplentes.

Art. 3º Compete ao COMTUR/DC:

a) Avaliar, opinar e propor sobre:

1 - a Política Municipal de Turismo;

2 - as Diretrizes Básicas observadas na citada Política;

3 - Planos anuais ou triais visando o desenvolvimento e a expansão do Turismo no Município;

4 - os instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

5 - os assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos;

6 - atuar na criação de oportunidades específicas de empreendimentos tais como Turismo Ecológico, Turismo Científico, Turismo de Negócios, Turismo Rural, Turismo Religioso, Turismo Cultural e Histórico, Turismo Esportivo e outros;

b) Inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;

c) Programar e executar debates sobre temas de interesse turístico para a Cidade e Região, ouvindo observações das pessoas envolvidas mesmo que estranhas ao Conselho, bem como de pessoas experientes convidadas;

d) Manter intercâmbio com Entidades de Turismo do Município ou fora dele, oficiais ou não, para maior aproveitamento do potencial local;

e) Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;

f) Propor programas e projetos nos segmentos do Turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;

g) Propor diretrizes de implementação do Turismo através de órgãos municipais e dos serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implementação do Turismo em todos os seus segmentos;

h) Sugerir e divulgar as atividades ligadas ao Turismo no Município participando de Feiras, Exposições e Eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de Feiras, Congressos, Seminários, Eventos e outros;

i) Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do Turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da Indústria Turística em geral;

j) Colaborar de todas as formas com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes sempre que solicitado;

k) Formar Grupos de Trabalho para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao Conselho;

l) Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de Serviços Turísticos no Município;

m) Sugerir a celebração de parceria com Entidades e convênios com Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;

n) Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;

o) Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;

p) Monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

q) Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;

r) Conceder homenagem às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo;

s) Eleger, entre seus pares, o Presidente em escrutínio secreto na primeira reunião de ano ímpar;

t) Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Art. 4º Compete ao Presidente do COMTUR/DC:

- a) Representar o COMTUR/DC em suas relações com terceiros;
- b) Dar posse aos membros do COMTUR/DC;
- c) Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;
- d) Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões, cujo espaço não poderá ser superior a 60 dias;
- e) Indicar o Secretário Executivo e, quando necessário, o Secretário Adjunto;
- f) Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte;
- g) Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus Membros;
- h) Proferir o seu voto apenas para desempate nas deliberações ordinárias, exceto em votações por escrutínio secreto.

Art. 5º Compete ao Secretário Executivo:

- a) Auxiliar o Presidente na definição das pautas, elaborar e distribuir a Ata das reuniões;
- b) Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;
- c) Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMTUR/DC;
- d) Prover todas as necessidades burocráticas;
- e) Substituir o Presidente nas suas ausências.

Art. 6º Compete aos Membros do COMTUR/DC:

- a) Comparecer às reuniões quando convocados;
- b) Em escrutínio secreto eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
- c) Levantar ou relatar assuntos de interesse Turístico;
- d) Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento Turístico do Município ou da Região;
- e) Não permitir que sejam levantados problemas políticos partidários;
- f) Constituir os grupos de trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;
- g) Cumprir esta lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;
- h) Convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembleia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando o Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados;
- i) Votar nas decisões do COMTUR/DC.

Art. 7º O COMTUR/DC reunir-se-á em sessão ordinária a cada 2 (dois) meses, perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quórum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º - As decisões do COMTUR/DC serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 2º;

§ 2º - O Suplente representará o respectivo Titular na sua ausência, podendo ser convocado pelo Presidente do COMTUR/DC para participar de todas as reuniões a fim de inteirar-se dos assuntos pertinentes.

Art. 8º Perderá a representação da Entidade o Membro que faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano.

Art. 9º Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o COMTUR/DC poderá expulsar o membro infrator, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição do tempo remanescente do anterior.

Art. 10 As sessões do COMTUR/DC serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público.

Art. 11 O COMTUR/DC poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a frequência que for desejável, sejam personalidades ou entidades, desde que devidamente aprovado por maioria absoluta dos seus Membros.

Art. 12 O COMTUR/DC poderá prestar homenagens a personalidades ou entidades, desde que a proposta seja aprovada, em escrutínio secreto, por dois teros de seus membros ativos.

Art. 13 A Prefeitura Municipal cederá local para a realização das reuniões do COMTUR/DC, bem como cederá um ou mais funcionários e material necessário que garantam seu bom desempenho.

Art. 14 As funções dos Membros do COMTUR/DC não serão remuneradas.

Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pela presidência, ad referendum do Conselho.

Art. 16 O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR/DC, será vinculado à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, inclusive no que se refere às verbas destinadas à pasta.

Art. 17 No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR/DC – deverá elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo.

Art. 18 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as leis nº 4565/2017, nº 4835/2021 e disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONÍSIO CERQUEIRA-
SC, 02 de junho de 2026.

EVERTON FRAGOZO
Presidente da Câmara Municipal